

Diário do Legislativo de 03/03/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - MATÉRIA VOTADA

1.1 - Plenário

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Comissão

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA da 4ª sessão legislativa ORDINÁRIA da 15ª legislatura, EM 2/3/2006

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 133/2003, do Deputado Carlos Pimenta, na forma do Substitutivo nº 1.

Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.760/2004, da Deputada Ana Maria Resende, na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1; 1.877/2004, do Governador do Estado, na forma do vencido em 1º turno; 2.534/2005, do Deputado Marlos Fernandes; e 2.756/2005, do Governador do Estado, na forma do vencido em 1º turno.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 8/3/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, com convidados mencionados na pauta, a desativação parcial do serviço de mastologia da Maternidade Odete Valadares.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Márcio Kangussu e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/3/2006, às 9h30min, no Centro Cultural Francisco de Mattos Filho, em Contagem, com a finalidade de debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 48/2003, do Deputado Rogério Correia, que cria a área de proteção ambiental de Vargem das Flores, situada nos Municípios de Betim e Contagem, e dá outras providências, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de março de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 22/2/2006

O Deputado Biel Rocha - Sr. Presidente, Deputado Rogério Correia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, antes de iniciar a abordagem dos temas que me trazem a esta tribuna, cumprimento a população de Juiz de Fora, minha cidade, e da Zona da Mata, que hoje assiste aos trabalhos desta Casa por meio do canal aberto da TV Assembléia. Esse é seguramente um grande instrumento de acompanhamento dos trabalhos, com a transmissão das reuniões de Plenário, das audiências públicas e das reuniões internas desta Casa. Nosso cidadão, nosso eleitor pode acompanhar e cobrar de seus representantes e ainda ter a oportunidade de se informar e também de se formar como cidadão para, cada vez mais, exigir de nós, parlamentares, uma ação digna, um trabalho cotidiano de apoio às causas de nosso povo, particularmente às causas e às reivindicações das camadas mais sofridas e desassistidas por parte do poder público em nosso Estado.

Feita essa introdução, Sr. Presidente, o que me leva a proferir este pronunciamento é a necessidade de posicionar-me sobre três assuntos de extrema relevância, que esta Casa certamente debaterá com profundidade nos próximos meses. São eles: a diminuição do recesso parlamentar e o não-pagamento das convocações extraordinárias; o fim do nepotismo nas três esferas de poder; e, por fim, a discussão sobre o orçamento estadual, que deve ser imperativo, e não meramente autorizativo, como é hoje.

Quero manifestar e reiterar o meu apoio a toda e qualquer medida que vise a dar maior transparência e credibilidade a esta Casa. Nesse aspecto, sou um intransigente defensor da diminuição do período de recesso e contra o pagamento aos parlamentares por convocações extraordinárias, idéia expressa pelo nosso partido nos últimos anos. A política não pode ser vivida como um fim em si ou uma profissão. Estamos todos aqui de passagem, por delegação direta dos eleitores, e devemos manter nossas raízes nas comunidades, nos movimentos sociais e nas nossas profissões de origem. Somente assim a política poderá ser exercida como um serviço, uma força maior voltada para o bem de todos, particularmente para o bem daqueles que nunca tiveram voz e vez, seja na vida, seja na política.

Manifesto-me, ainda, a favor de toda e qualquer legislação que proíba e puna o nepotismo, seja ele feito de forma direta, seja cruzada, com acordos e cambalachos favorecendo esta ou aquela pessoa apenas pelo seu grau de parentesco. Não se trata de punir alguém por ser parente deste ou daquele detentor de cargo ou função pública, mas de não penalizar a sociedade e de permitir que a igualdade entre os cidadãos seja de fato exercida. O contrário disso, por alguns serem mais iguais que outros, desvirtua a democracia, amplia o abismo entre as classes e perpetua uma situação de injustiça que todos deveriam repudiar.

Por fim, o terceiro tema que quero abordar, Sr. Presidente, ainda que de forma resumida, e que posteriormente pretendemos desenvolver melhor, é a questão do orçamento estadual, que vem sendo discutido há alguns anos nesta Casa. Nós, parlamentares, sempre trabalhamos com a política da "marmitta pronta" - vamos dizer assim. Entra governo, sai governo, a Assembléia Legislativa até que tenta, mas, no limite, é o Executivo que impera, aprova o que acha mais conveniente e libera o que sempre dá na telha. Precisamos caminhar para uma co-responsabilidade entre os Poderes. O Legislativo precisa assumir suas prerrogativas de fato e ser, ao mesmo tempo, fiscal e parceiro do Executivo no que afeta a discussão, a aprovação e a execução orçamentária. O dinheiro do cidadão, o imposto pago, direta ou indiretamente, por cada um de nós é que forma esse bolo orçamentário. É nosso dever e nossa obrigação sermos transparentes do ponto de vista econômico e justos socialmente na aplicação dos recursos arrecadados das pessoas físicas e jurídicas de Minas Gerais. Devemos caminhar para um orçamento que seja imperativo, ou seja, o que for aprovado nesta Casa precisa ser executado. Para isso, ela deve levantar a cabeça, negociar e olhar nos olhos do Governador e dos seus Secretários. Um Deputado Estadual representa uma parcela significativa do eleitorado mineiro. Fazendo as contas, na proporcionalidade, cada um de nós representa quase 2% do eleitorado do Estado. Uma emenda individual, por exemplo, patrocinada por qualquer um de nós, não pode ser tratada como uma emendinha paroquial ou eleitoreira. Afinal, somos ou não os legítimos representantes da sociedade, das representações populares?

Faço este registro de público, Sr. Presidente, de forma bastante transparente, e com certeza esta Casa debaterá esse assunto do orçamento imperativo - aliás, não só esta Casa, mas todo o Parlamento brasileiro. Apesar de ser um parlamentar do PT, um parlamentar que faz oposição ao Governador Aécio Neves, tenho uma relação do mais alto nível com parte do secretariado mineiro.

O Secretário Marcos Montes e o Subsecretário Rogério Romero, a Assessora Renata da Sedese, o Deputado Agostinho Patrús, nosso companheiro e colega desta Casa, e seu assessor Agnado da Secretaria de Transportes, e outros têm me tratado, além dos meus companheiros e assessores de gabinete, com fidalguia e grande firmeza, sem favorecimento, o que seria incorreto, e sem discriminação, o que seria condenável.

No meu gabinete, sempre procuramos orientar os Prefeitos e os seus assessores para que sejam rigorosos, eficazes e corretos no preenchimento de toda aquela documentação e burocracia, necessária para a liberação dos recursos alocados por meio das nossas emendas.

Nós, petistas, acostumamo-nos sempre a criticar. Faço aqui o inverso. Desejo elogiar publicamente o que merece ser elogiado para depois ter o direito de criticar o que precisa ser criticado. O meu partido, o PT, acabou de completar 26 anos. Com todo o direito, a população nos cobra ética, responsabilidade, compromisso social e deseja resultados. Se exercida hoje, a oposição infantil descambaria para um radicalismo senil que nada contribuiria para o bem-estar da nossa população. Por isso precisamos ter um pé no parlamento e o outro na rua, como dizia e sempre nos ensinou o companheiro Tilden de Santiago, nosso Embaixador naquela ilha maravilhosa que é Cuba. É sempre hora de moralidade e de transparência com eficácia e competência.

Sr. Presidente, esses três assuntos que resumi e proximoamente pretendo desenvolver melhor são passos importantes rumo a uma nova e necessária caminhada. Essas são as nossas considerações iniciais.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Deputado Biel Rocha, parabênizo-o pelo pronunciamento, que traz uma questão fundamental ao

parlamento, a discussão em relação à peça orçamentária. É muito bom travarmos este debate, envolver a sociedade organizada e os movimentos sociais que servem como instrumento de pressão para o governo, a fim de cumprir o que foi aprovado por esta Casa. Aliás, isso funciona da mesma maneira nas Câmaras Municipais e no poder público municipal. Verificamos a grande distorção. Citarei um claro exemplo referente à publicidade. No ano passado, estavam previstos no orçamento R\$10.000.000,00 para publicidade. Isso é muito dinheiro. Entretanto houve uma suplementação por parte do governo do Estado para mais de R\$60.000.000,00. Observem quantos milhões a mais! De R\$10.000.000,00, o valor passou para mais de R\$60.000.000,00, fora os recursos da Cemig, da Copasa e da Codemig gastos com publicidade. Só no ano passado foram mais de R\$100.000.000,00. Havia apenas R\$500.000,00 disponíveis para a merenda escolar e para os alunos do ensino médio das cidades mais pobres do Estado, ou seja, para atender um número pequeno de estudantes. Mas isso já era significativo. Sabe quanto foi empenhado? Nenhum centavo. Sabem quanto o governo gastou? Nenhum centavo para a merenda escolar, e assim ocorreu com os outros programas. Ele gastou mais com publicidade do que com os programas estruturantes do governo.

Portanto, concordo que o orçamento não deva ser apenas uma peça fictícia. É fundamental travarmos este debate na Casa.

O Deputado Biel Rocha - Deputado Weliton Prado, obrigado. Convivemos nesta Casa há aproximadamente três anos. Lembro a V. Exa., que se encontra preocupado com essa questão, que temos uma proposta que tramitará a qualquer momento na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Casa. Deve ser a primeira vez que a Comissão realizará uma audiência pública para debater um tema envolvendo o setor da sociedade. Aliás, não do ponto de vista de repercussão financeira de determinada matéria, mas sim para debater o que seria um orçamento imperativo e como poderia proceder a discussão de um orçamento que não seja aquela peça fictícia, como temos visto ultimamente. Certamente o próprio governo está interessado, pois já demonstrou a vontade de debater isso e de construirmos juntos a idéia de elaborarmos um orçamento real, envolvendo esta Casa, o Poder Executivo e a população do nosso Estado.

Gostaria de registrar, Sr. Presidente, a presença em nossas galerias do Vice-Prefeito da cidade de São João del-Rei, Sr. Cristiano, companheiro do nosso amigo e ex-colega Sidinho do Ferrotaco, que vem dirigindo maravilhosamente aquela cidade. Hoje ele está em nossa Capital para assinar um convênio com o Secretário Marcos Montes, a fim de tornar viável a primeira pista pública de "skate" da cidade de São João del-Rei, uma luta nossa e do Vice-Prefeito Cristiano, que muito nos honra com sua presença. Era o que tínhamos a dizer, agradeço a atenção.

O Deputado Rogério Correia - Deputado Fábio Avelar, que preside nossa reunião, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Deputados e Deputadas presentes, recebi em meu gabinete um ex-colega nosso, o Deputado Paulo Pettersen, que me solicitou fazer desta tribuna coro com um pleito que ele, como Presidente do PMDB de Carangola e como ex-Deputado, vem fazendo para modificar uma obra do Pró-Acesso, feita no Distrito de Carangola, obra essa que ele julga ser inoportuna, além de acreditar que o destino dessa obra deveria ser modificado para o Distrito de Divino, em Bom Jesus, 3km até a BR-116. Existe uma reivindicação dos Vereadores e do Prefeito nesse sentido, e ele julga que essa obra seria muito mais necessária que a outra em curso.

Esse parece ser um assunto pequeno para ser trazido aqui, um assunto que mereceria respeito apenas de uma Câmara Municipal, mas vou explicar a dimensão da solicitação que me fez o ex-Deputado, colega e amigo Paulo Pettersen. Na verdade, a solicitação foi feita também em forma de denúncia de uma obra que ele considera equivocada e por acreditar que ela está sendo feita apenas por interesses mesquinhos e individuais na cidade de Carangola, e não como uma obra de fato necessária.

O Deputado Paulo Pettersen escreveu uma carta ao Governador Aécio Neves, e ela, por si só, explica e detalha a denúncia que está sendo feita. Foi feita também ao Ministério Público, e o Dr. Eduardo Nepomuceno é o responsável hoje por verificar essa denúncia do Deputado Paulo Pettersen. O Dr. Eduardo Nepomuceno é o Coordenador da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público. No dia 10/1/2006, o Deputado Paulo Pettersen entregou àquela Promotoria um requerimento em que se solicita seja verificado o cometimento de improbidade administrativa em detrimento ao erário público, por ser uma obra desnecessária, visando apenas ao interesse de um latifundiário da região.

O ex-Deputado Paulo Pettersen enviou, antes de entregar ao Ministério Público, uma carta ao Governador Aécio Neves, em que solicita sejam tomadas providências em relação a isso. Na carta o ex-Deputado Paulo Pettersen diz: "Com meus cordiais cumprimentos, venho reiterar as reivindicações postuladas para nossa região". Retrata ainda que, quando esteve com o Governador Aécio Neves, dando-lhe apoio na candidatura à eleição, várias reivindicações foram feitas na região da Zona da Mata, e, segundo ele, até o momento não foi dada a devida satisfação. Então, não foram realizados os compromissos feitos pelo Governador na região, mas ele ainda aguarda esperançoso a efetivação do asfalto da BR-116 até Santa Margarida, do asfalto da BR-116 até o Município de Bom Jesus e de outras obras para as quais, conversando com o Governador, foi feito um acordo para que ele desse prioridade a essas reivindicações da região da Zona da Mata. E ele diz que solicitou ao Governador que providenciasse, com urgência, a restauração e a construção de alguns trechos críticos da Rodovia 482, que liga Fervedouro a Carangola, e ainda a restauração de 2km que ligam o Distrito de Lacerdina a Carangola.

O principal da carta é o seguinte: "A verdadeira indignação da comunidade é assistir à construção de 3km de asfalto pelo governo estadual - DER -, à custa de recursos públicos, para asfaltar a Fazenda Parada General, de propriedade do ex-Deputado Juarez Hosken. Essa obra foi orçada pelo DER em R\$900.000,00 e poderá chegar, ao final de sua construção, aproximadamente a R\$1.500.000,00". Ele cita o número do contrato. "Toda a população está ciente de que o Município de Caiana é assistido por asfalto, portanto está fora do Pró-Acesso, e seu asfaltamento ocorreu na década de 90."

Sendo assim, pede-se que sejam restituídos aos cofres públicos os recursos já gastos indevidamente com essa obra, que nunca foi prioridade para a comunidade carangolense e atende apenas ao interesse de um latifundiário. Ela consiste na ligação somente até essa fazenda.

O ex-Deputado Paulo Pettersen pede, portanto, que isso seja, de fato, verificado e que os recursos dessa obra recolocados em outro distrito cuja prioridade seja maior. Ele anexa a essa denúncia uma carta do ex-Deputado Juarez Hosken ao Prefeito Municipal de Carangola, por meio da qual faz a solicitação da obra nessa estrada, confessando que, de fato, ajudaria a referida fazenda. O ex-Deputado Paulo Pettersen conclui que essa seria uma prova de que o pedido atendeu apenas ao interesse de uma pessoa, e não ao interesse de uma região.

Comprometi-me com o Deputado a fazer essa solicitação pedindo ao Ministério Público uma apuração mais rigorosa da questão. Em se encontrando, de fato, irregularidades, pedem que revertam os recursos do Pró-Acesso para um distrito que necessita mais, como Bom Jesus ou Divino, pois, assim, estariam fazendo realmente a ligação até a BR-116.

Mando um abraço ao ex-Deputado Paulo Pettersen. Esperamos que, de fato, esse pedido seja encaminhado e que o Governador Aécio Neves possa dar atenção a esse e a outros pleitos que o Deputado Paulo Pettersen tem feito ao governo do Estado.

Ressaltamos também que ele já havia enviado ao Diretor do DER essa mesma denúncia, e, até agora, medida alguma foi tomada. Não fizeram sequer uma investigação em relação à necessidade da obra. Sabemos que muitos Municípios de Minas necessitam das obras de Pró-Acesso e não acreditamos ser possível existir uma obra que privilegie apenas um latifúndio. Será um asfaltamento que sairá da cidade e chegará até à fazenda. Deixamos aqui o nosso apelo para que o caso seja investigado.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente - já que falei do ex-Deputado Paulo Pettersen -, para falar de outra ex-colega, a Deputada Marília Campos, que atualmente exerce o cargo de Prefeita de Contagem, depois de um pleito muito disputado. Ela até surpreendeu aqueles que desconheciam como era querida naquela cidade. E continua muito querida.

Sempre vou a Contagem e, na semana passada, estive com a Prefeita Marília Campos, que foi até o Bairro de Nova Contagem para entregar às crianças daquela região os "kits" escolares que têm sido distribuídos pela Prefeitura em todas as escolas municipais.

Deputada Elisa Costa, é impressionante como a Prefeita Marília é querida na cidade. As crianças, a comunidade escolar e os Vereadores presentes demonstravam uma grande alegria frente à sua projeção e às suas atividades, reconhecidas pela população de Contagem em pouco mais de um ano de governo.

A Deputada Maria Tereza Lara lembra-me que, como mulher - e isso é muito importante -, a Marília tem tido muito sucesso. Ela já entregou 42 mil "kits" às crianças das escolas municipais e, após o carnaval, iniciará a entrega de mais 15 mil à rede estadual na cidade. As crianças recebem borrachas, lápis, cadernos, livros, para que tenham melhores condições de acesso.

A Marília já inaugurou duas escolas municipais, reformou várias outras e investiu - e, como disse muito bem o Presidente Lula, não se trata de gasto e sim de investimento - na educação cerca de R\$6.500.000,00 no primeiro ano de seu governo, o que representa um investimento muito importante para a questão educacional na cidade de Contagem. Tem ela feito um trabalho voltado para a educação, um dos compromissos de sua campanha. Conseguiu também algo que era reivindicado na cidade de Contagem, especificamente em Nova Contagem, há tantos e tantos anos: a instalação e o tratamento da rede de esgoto em Nova Contagem. Um investimento de R\$22.000.000,00 para o saneamento em Nova Contagem, uma das regiões mais pobres de Contagem. Esse dinheiro foi conseguido por meio de financiamento pelo BNDES, da Caixa Econômica Federal. Parabênzo a Copasa por contribuir na construção de uma obra tão importante. Com isso, a Marília mostra o prestígio que tem, tanto junto ao governo federal, que já era sabido, mas também com o Governador Aécio Neves, conseguindo que essa obra de saneamento se efetivasse no governo do PT e aliados.

Parabenizo-a pelo belíssimo trabalho que tem feito e colocamo-nos à disposição para que a cidade de Contagem possa evoluir cada vez mais. É a segunda maior cidade do Estado, em termos de habitantes, e merece de todos nós um carinho especial.

Para finalizar e em seguida conceder um aparte ao Deputado Weliton Prado, informo que estou com um projeto pronto para ser votado - para o qual peço o apoio de todos os Deputados e Deputadas - que diz respeito a uma área de proteção ambiental nos Municípios de Contagem e de Betim. Aliás, peço à Deputada Maria Tereza, que já se mobiliza para isso, que nos ajude quanto à aprovação, que é a área de preservação ambiental de Vargem das Flores. Está localizada em Contagem, mas interessa também ao Município de Betim. Trata-se de uma lagoa da Copasa, a qual está assoreando-se e com esgoto caindo, e ela é importante para o abastecimento de água - o Deputado Fábio Avelar sabe disso. Abastece e joga água tratada para cerca de 700 mil famílias na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Portanto, transformar em área de proteção ambiental é fundamental, para que não se corra o risco de Vargem das Flores virar uma Pampulha, muito poluída, quando a água não poderá ter o seu destino, que é exatamente o abastecimento dessas 700 mil famílias. Já tivemos o aval da Copasa e da Prefeitura de Contagem e tenho a certeza de que teremos a aprovação por unanimidade na Assembléia Legislativa. Isso completa o carinho que temos com a cidade de Contagem. Aviso e peço à Prefeita Marília Campos que nos ajude com uma mobilização em Vargem das Flores, junto àqueles que moram na região e também junto aos moradores de Betim, com o objetivo de, transformando em área de preservação ambiental, conquistar um espaço melhor, um meio ambiente mais saudável para a nossa querida Contagem das Abóboras.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Gostaria de dizer que sou testemunha da alegria da Prefeita Marília Campos, com quem me encontrei recentemente, quando falava da entrega dos "kits" para mais de 45 mil estudantes. Esperamos que isso sirva de exemplo para outros Prefeitos do Estado. Falava também do empenho que tem feito para cumprir todas as propostas de campanha.

Acho que isso é fundamental. Há muitos Prefeitos que, durante o período eleitoral, prometem mundos e fundos, o céu e a terra, mas, depois de eleitos, não têm coragem, não têm peito de fazer o que prometeram. A Marília é uma guerreira e está de parabéns pela belíssima administração que está realizando em Contagem, especialmente para a criança e a educação. Ela criou a Coordenadoria da Juventude, instrumento importante em defesa dos direitos dos estudantes.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Weliton Prado. Meu tempo está acabando. Deixo registrada mais uma vitória popular e, em outra ocasião, retomarei o assunto: a suspensão do edital de Oscips em Venda Nova. Fizemos denúncia a respeito disso, pois significava a privatização de um importante hospital. Por meio de uma liminar, foi cassado o direito de se fazer licitação para Oscips. O hospital, portanto, pelo menos por hora, continua público. Trata-se de uma grande vitória obtida pelo povo de Venda Nova. Em outra ocasião, tratarei desse assunto. Espero que o Governador Aécio Neves respeite o que foi decidido pela Justiça e que o Hospital de Venda Nova volte a ser público. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Exmo. Sr. Deputado Fábio Avelar, senhoras e senhores, imprensa, povo de Minas Gerais, nesta reunião, tratarei de dois assuntos importantes e graves, que merecem atenção especial dos Deputados do Norte de Minas, da Assembléia Legislativa e dos governos estadual e federal.

Lerei um ofício que recebi do Dr. Lúcio Tolentino Amaral, Presidente da Cooperativa Agropecuária Regional de Montes Claros. (- LÊ:)

"Sr. Deputado, conforme nosso contato, solicitamos gestões junto ao Copam, no sentido de cientificar ao Dr. Shelley de Souza Carneiro que a Feam está, neste momento, determinando o fechamento de nossa indústria de laticínios, apesar de nos ter sido concedido, pelo Copam, o prazo de 40 dias para regularização da questão de adequação ambiental. Salientamos que, tão logo nos foi concedido o referido prazo pelo Dr. Shelley, iniciamos as providências para atender às exigências legais, que se encontram em andamento".

Esse ofício é datado de ontem, dia 21/2/2006.

Sabemos que Minas Gerais é um dos Estados que mais respeitam o meio ambiente, com uma legislação clara e moderna. Nunca faltou o apoio desta Casa - o Dr. Ronaldo, nosso colega de partido e integrante da Comissão de Meio Ambiente, pode atestar o que digo, e também os Deputados Paulo Cesar, Márcio Kangussu e a Deputada Elisa Costa -, nunca faltou a atenção desta Casa para aperfeiçoarmos nossa legislação; porém, os técnicos responsáveis pela execução das leis que votamos são de uma intolância e uma impaciência fora do comum. São inúmeros os apelos e reclamações que recebemos em relação ao trabalho dos técnicos, que extrapolam a própria legislação aqui discutida e votada com a participação popular. Eles não têm nenhum tipo de complacência, principalmente em nossa região.

Recentemente, travamos árdua batalha em defesa da mata seca. Não sei por que colocaram o cerrado mineiro como parte da mata atlântica. Aqui apresentamos uma vasta documentação provando o contrário. O processo está correndo na Justiça, mas prejudicaram sobremaneira a região norte-mineira.

Apresentamos emendas e conseguimos derrubar normas deliberativas. Mas as normas deliberativas votadas aqui, como são as votadas na Câmara dos Deputados, por incrível que pareça, têm força superior aos projetos de leis e às determinações constitucionais.

Parece-me que, ao baixar uma norma deliberativa - e eles gostam de muitas -, não medem esforços para fazer valer a lei da força e do chicote, principalmente em cima dos pequenos e das regiões sofridas, que passam por situações difíceis e terríveis, como ocorre neste momento com a região norte-mineira. Estamos enfrentando a pior seca dos últimos 30 anos. Há 60 dias, não cai uma gota de água no cerrado mineiro. Eles chegam lá em seus helicópteros, com a força de "fiscalização" e realmente têm provocado verdadeiro terror na região norte-mineira.

Caro Deputado Doutor Viana, se não bastassem essas ações, a construção da Barragem de Berizal no Norte Minas está paralisada. Sobre os recursos que foram alocados para essa barragem, coincidentemente o Ministro Ciro Gomes os mandou para o Ceará; não sei por quê.

Assim, as coisas estão ocorrendo sucessivamente. Infelizmente quem deveria dar respaldo legal aos pequenos agricultores, aos proprietários de terra do Estado, faz ouvido de mercador. Não apenas se negam a escutar o apelo, como também a manifestar-se a favor da região norte-mineira.

A nossa cooperativa foi fechada. Ela deve ter mais 50 anos e processa cerca de 40 mil litros de leite por dia. Há poucos dias, para amortizar uma dívida de ICMS, a equipe do Governador Aécio Neves, não a turma dos "xiitas" do meio ambiente, mas aquela que escuta, que tem paciência e sensibilidade, firmou um acordo com a cooperativa: o pagamento da dívida do ICMS foi transformado para prestação de serviço, o fornecimento de leite para o programa de alimentação escolar.

Falo de quase 200 pais de família, com empregos diretos, que estão passando por momentos difíceis. E o que é pior: o Copam vai a Montes Claros, estabelece um prazo de 40 dias para regularização da cooperativa, que só terminaria no meio do mês de março, mas a Feam chega, escoltada pela Polícia Militar, com um batalhão de jornalistas e repórteres de televisão, e lacra a Cooperativa Agropecuária de Montes Claros, causando enorme mal-estar à população e dificuldades para os 200 pais de família que precisam da nossa cooperativa.

Registro oficialmente essas palavras. Levaremos a questão ao Governador. Muitas vezes, tacham-me como uma pessoa que sempre se pronuncia contrariamente às questões do meio ambiente. Pelo contrário, sou a favor do cumprimento da legislação; sou a favor de que esses órgãos ambientais deixem o chicote de lado e passem a usar o bom-senso, que, até agora, não foi utilizado no Estado.

Sr. Presidente, recebi um "e-mail" do nosso companheiro Dr. Alexandre Miranda Viana, Presidente da Sociedade Rural de Montes Claros, cujo teor se refere ao movimento desencadeado no Norte de Minas para que o Banco do Brasil renegocie a dívida de produtores rurais inadimplentes com o governo federal, com os bancos oficiais, principalmente o Banco do Nordeste.

O fato gerou a execução de um projeto de lei, discutido por todo o ano e aprovado, por unanimidade, pelo Congresso Nacional, o qual o governo Lula já disse que será vetado.

Segundo palavras do Presidente Lula, vetará esse projeto porque não o considera justo com as pessoas pobres do País, e beneficia meia dúzia de grandes produtores rurais. Escutei essa informação ontem, na imprensa oficial, na TV chapa-branca do Presidente Lula.

O Sr. Aloísio Mercadante, Líder do Governo no Senado, afirmou que a proposta custaria R\$16.000.000.000,00 ao governo federal e que beneficiaria apenas 33 mil produtores. Na verdade, o projeto de lei ficaria estimado no perdão da dívida de pequenos produtores. Aliás, o Sr. Aloísio Mercadante também disse que beneficiaria os usineiros da indústria sucroalcooleira. Mas esse projeto tem o alcance de R\$2.000.000.000,00 e beneficia, nada mais, nada menos, que 900 mil pequenos produtores, pessoas da região do Norte de Minas e do Nordeste brasileiro, que enfrentaram, nos últimos 10 anos, oito períodos de seca e dois anos com inundações, comprometendo a capacidade produtiva e a geração de renda para o pagamento dos recursos tomados por empréstimo no Banco do Nordeste e no Banco do Brasil.

Fico triste porque, nos últimos anos, quem tem pago a conta deste país e gerado divisas para que ele possa ter, na propaganda oficial do governo federal, um crescimento de mais de 100% das reservas de dólares, das reservas internacionais, é a própria indústria ligada à agropecuária. E essas pessoas não puderam pagar suas dívidas com os bancos oficiais porque perderam tudo. A pessoa toma o dinheiro emprestado, investe-o, em sua totalidade, nos projetos agropecuários, e vem a seca matando a esperança, a plantação e toda a criação de animais. Tivemos, em 10 anos, dois períodos de enchentes e inundações, o que é muito raro no Norte de Minas e no Nordeste brasileiro.

E o Presidente faz sua propaganda massificadora distribuindo milhões de panfletos como o que tenho em mãos, com 36 páginas pregando seu trabalho pelo nosso país, falando na importância de se investir em programas eleitoreiros, que ele chama de sociais, e mostrando o que foi feito em três anos, com uma série de reportagens. Há uma propaganda oficial do DNOCS de Minas mostrando os caminhões de caixas d'água e tubos a serem distribuídos, principalmente, a Vereadores e Prefeitos ligados ao Partido dos Trabalhadores, falando sobre barragens que ainda nem saíram do papel.

Isso mostra claramente a opção do governo federal em investir milhões em propaganda oficial, ao mesmo tempo em que faz pouco caso da dívida de 900 mil produtores rurais do Norte de Minas e do Nordeste brasileiro, que, por terem perdido tudo, não podem pagar suas dívidas e certamente terão penhoradas e levadas à Justiça suas pequenas propriedades.

Deixo este apelo ao governo do Estado. Levaremos a questão da cooperativa agropecuária de Montes Claros ao Governador Aécio Neves para que ele possa tomar sua decisão. Há pouco, alguém informou que, em Montes Claros, o Dr. Frederico, Juiz de Direito, concedeu uma liminar suspendendo o fechamento da cooperativa agropecuária. A própria Justiça reconhece a razão da cooperativa. No entanto, chegam lá os donos da verdade, aqueles que querem aparecer, e colocam lacres numa empresa que processa 40.000 litros de leite por dia, deixando centenas de pais de família em situação difícil.

Iniciaremos um trabalho na tentativa de sensibilizar nossos Deputados Federais em Brasília, já que Lula disse que vetará o projeto de perdão ou renegociação das dívidas de 900 mil pequenos produtores rurais. Esperamos que o Congresso não se curve às decisões palacianas do nosso Presidente e possa agir em favor desses produtores, que só não perderam a esperança porque ainda existe a possibilidade de jogar por terra o veto do todo-poderoso Presidente da República. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Cumprimento o Deputado Rogério Correia, Presidente desta reunião, assim como os demais Deputados que compõem a Mesa ou que estão no Plenário. Cumprimento também a imprensa e todo o Estado de Minas Gerais.

Aproveito a fala final do Deputado Carlos Pimenta, relativamente a esse importante instrumento de divulgação das ações do governo do Presidente Lula. Foi apresentado aqui: "Brasil, um País de Todos". Quero sugerir ao povo mineiro e à população brasileira que leiam esse material que relata os três anos do governo do Presidente Lula e contém informações de uma administração que tem feito muito pelo Brasil. Houve mais desenvolvimento e menos desigualdade.

Deputados Laudelino Augusto, Weliton Prado, Ricardo Duarte e outros, essa leitura é fundamental para quem quer conhecer o governo que está chegando à população brasileira. Tal material não é muito caro, pois, se olharmos a publicidade realizada em Minas Gerais, constatamos que essa é muito maior, Deputado Weliton Prado, que aquela que está sendo feita pelo Presidente Lula sobre o Brasil. Sabemos que houve excesso de publicidade e propaganda no governo Aécio Neves. Gostei da observação do Deputado que nos antecedeu, porque realmente vale a pena fazer a leitura desse material que trata das realizações do governo federal.

Aproveito também a fala do Deputado Rogério Correia, quando teceu elogios à Prefeita Marília, para dizer que ela também está cumprindo o seu mandato dentro das linhas democráticas e populares de um governo a serviço dos trabalhadores e de todo o povo de Contagem, em sintonia com o governo do Presidente Lula e com as populações de nossas cidades, que querem melhoria de qualidade de vida.

Registro ainda que a Prefeita Marília, como mulher atuante na política, realizou melhorias na área de saneamento e na área social. Em Nova Contagem, está sendo feito o cadastramento do programa Bolsa-Família, que contempla quase 5 mil famílias. Ressalto ainda a migração do programa Bolsa-Escola para o Bolsa-Família, aumentando-se os valores para a população mais pobre e possibilitando-se, assim, que o Município de Nova Contagem receba mais recursos, que incidirão na economia local.

Refiro-me não só ao Bolsa-Família, na sua expansão, mas também ao Pró-Jovem, ao Agente Jovem, à Casa da Família, ao Centro de Referência da Assistência Social e a outros programas implementados pela Secretaria de Assistência Social. Há, ainda, um programa importante na área da Coordenadoria de Apoio a Políticas Públicas para as Mulheres.

Registro essa importante administração, especialmente porque, nos primeiros dias do mês de março, comemoraremos o Dia Internacional da Mulher. Trata-se de uma mulher atuante, comprometida com a cidadania das mulheres e com os mais pobres. Exerce, sem dúvida, um papel importante na política mineira e nacional.

Aproveito para comentar mais dois assuntos. O Deputado Rogério Correia já fez referência ao primeiro deles, o Pró-Acesso. Tenho aqui duas solicitações que dizem respeito à paralisação das obras do Pró-Acesso de um trecho da BR-116 que vai de Capitão Andrade a Tumiritinga e serão apresentadas ao Secretário Agostinho Patrús. As comunidades estão surpresas e pretendem saber o motivo da paralisação das obras. Ademais, reivindicam boa qualidade do asfalto, a fim de que as estradas, do ponto de vista técnico, durem mais. Fizemos essa solicitação, que brevemente chegará ao Secretário.

Há ainda uma reivindicação de ambientalistas referente ao trecho que vai de Inhapim a São Sebastião do Anta. De acordo com eles, está-se causando prejuízo às nascentes. Além disso, ressalta-se a dificuldade de acesso das pequenas comunidades aos córregos. Com a construção da estrada, as entradas foram fechadas. Então, ocorre prejuízo ambiental em diversas regiões, principalmente no que diz respeito à recuperação das nascentes. Deixamos aqui essa reivindicação e esperamos vê-la atendida. Acreditamos que o problema ambiental atinge também outros trechos espalhados pelo Estado de Minas Gerais.

Por fim, tratarei da questão da habitação, tema da maior importância para o Estado. Sempre lembro ao Plenário e às entidades mineiras a importância da habitação popular para as famílias que têm renda de um a cinco salários mínimos. Na história, o atual governo é o primeiro a fazer uma política de habitação dedicada à população mais pobre, cuja renda está compreendida de zero a três salários mínimos.

Particpei, recentemente, da posse do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, que contou com a presença do Governador de Minas. Na oportunidade, apresentamos uma emenda para ampliar a participação dos movimentos populares, dos movimentos de moradia na composição do Conselho Estadual. Esse é o significado de se ter em Minas uma política urbana que atenda às necessidades de nossas comunidades.

Registro também que o governo federal anunciou R\$19.000.000.000,00 para a construção, neste ano, de moradias e R\$1.000.000.000,00 apenas para o fundo nacional, resultado de uma luta histórica do movimento nacional pela moradia popular. Esse projeto de lei foi debatido durante 13 anos no Congresso Nacional. Depois, foi aprovado pela Câmara dos Deputados e sancionado pelo Presidente Lula. Este ano, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social contará com R\$1.000.000.000,00 para atender às reivindicações de moradia popular no Estado de Minas Gerais.

Há também os recursos destinados à construção de moradias, de até três salários mínimos, especialmente por meio da Resolução nº 460, que destina às cidades de até 100 mil habitantes R\$6.000,00 por família. E, para as cidades acima de 100 mil habitantes, até R\$10.000,00 por família, para recuperação, construção e melhorias das habitações no Estado de Minas Gerais e no Brasil. Deve ser o maior número de recursos já destinados à habitação. Envolve-se ainda recursos da ordem de três a cinco salários mínimos para os setores médios da nossa sociedade.

Finalmente, registro a grande decisão do Presidente Lula de reduzir o IPI para itens da cesta básica e de material de construção. Trata-se de uma ação afirmativa e positiva para construir mais moradias nos Municípios, como também para gerar trabalho e renda. Com essa decisão, haverá geração de emprego e renda nesse setor.

Deputada Jô, que bom vê-la de novo no Plenário. Na construção de moradias, Minas Gerais também avança com recursos federais, principalmente com apoio dos Municípios que têm de oferecer infra-estrutura. O governo federal, então, possibilita a construção de moradias em mutirões ou em unidades isoladas ou com o apoio dos próprios Municípios, a partir da infra-estrutura.

Deixo o registro que, de fato, atualmente a moradia tem um espaço político e de recursos importantes no Estado de Minas Gerais.

O Deputado Fahim Sawan (em aparte)* - Agradeço o aparte, Deputada Elisa Costa. Primeiro, quero dizer-lhe que realmente é uma alegria muito grande ser companheiro da senhora nesta Assembléia, tendo em vista o trabalho magnífico que vem apresentando nesta Casa, fruto da experiência da vida profissional como assistente social, pois trabalha pelas causas sociais.

Deputada, pedi aparte porque gostaria de deixar enfocada uma questão que muito me preocupa. E tenho certeza de que preocupará a senhora também, caso ainda não tenha tido conhecimento do fato. Em algumas regiões do Estado, especificamente no Triângulo Mineiro e em minha cidade, Uberaba, estamos vivendo uma epidemia de dengue.

No ano passado, em Uberaba, houve 1.600 casos de dengue. Neste ano, em menos de 50 dias, já houve 1.100. V. Exa. fala das grandes ações do governo federal. Lembro-lhe de que, por iniciativa do governo federal, no ano passado, no dia 19/11/2005, foi feita uma campanha em nível nacional, de prevenção da dengue.

Infelizmente, nem todos os Municípios aderiram a essa campanha sugerida pelo governo nacional. A descontinuidade de ações na área da saúde, a política de prevenção não sendo levada a sério, pode trazer conseqüências desastrosas, como essa epidemia de dengue que estamos vendo em nosso Município.

Deputada, essa epidemia se deve à descontinuidade das ações. Temos dito, na Casa, desde o início, que as políticas devem ter planejamento, a curto, a médio e a longo prazo. Quando se interrompem essas políticas, os efeitos podem ser danosos. No caso, quem sofre é a nossa população.

Parabenizo V. Exa. pelo brilhante pronunciamento, pela preocupação com as causas sociais. Aproveito o aparte para registrar que é muito importante que todas essas políticas tenham continuação, planejamento e que não aconteça o que está ocorrendo hoje em minha cidade. Infelizmente, pela interrupção de uma política de prevenção, estamos tendo uma epidemia de dengue. Muito obrigado pelo aparte.

A Deputada Elisa Costa - Deputado Fahim Sawan, lamento esse acontecimento. Também já tive dengue, e só quem passa por essa situação sabe o quanto é difícil superá-la.

Sugiro que essa questão seja levada tanto à Secretaria de Estado quanto ao Ministério da Saúde, para que encontrem uma solução. Desejo que isso ocorra em Uberaba e em todo o Estado. Em Minas Gerais, cerca de 200 mil famílias serão atendidas com ações do Ministério das Cidades, na área de habitação. Haverá um investimento de R\$1.900.000.000,00. Os recursos para saneamento e habitação serão de R\$2.400.000.000,00 para 2006. Belo Horizonte, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Timóteo, Montes Claros e Uberaba são exemplos de cidades que tiveram projeto de urbanização de interesse social para a população mais pobre do nosso Estado.

Registro o compromisso do nosso mandato com a questão da habitação popular, com os mais pobres, com as nossas administrações, especialmente a administração da Prefeita Marília Campos, em Contagem. Queremos contribuir para que esse Município cresça, se desenvolva, e para que a administração consiga cada vez mais, por meio desse brilhante trabalho, colocar a nossa população no patamar da sua cidadania, dos seus direitos sociais. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado - Falarei sobre o Poder Judiciário, que tem a missão de julgar os conflitos e de fazer justiça, para que o cidadão não faça justiça com as próprias mãos. Na última semana, relatei uma reportagem em que o Sr. Edson Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, afirmava que, no Brasil, a justiça só valia para os pobres. O Presidente do Superior Tribunal afirma que os pobres e as prostitutas são os mais discriminados da sociedade. Isso ocorre porque são minoria e não possuem defensores. Os ricos não vão para a cadeia porque têm advogados. Essa é a realidade em nosso Estado, e esse é um dos motivos que fez com que o Sr. Wagno Lúcio, segurança, permanecesse preso, injustamente, por oito anos. Ele foi solto por meio de uma decisão unânime do Tribunal de Justiça, pois houve grave erro do Poder Judiciário.

O Sr. Wagno foi condenado por roubar e matar um taxista e permaneceu preso por oito anos, sem ter tido qualquer responsabilidade. Esse grave erro do Poder Judiciário só foi reparado porque a família de Wagno sempre acreditou em sua inocência e porque o Sr. Nilmário Miranda, então Ministro Nacional da Secretaria de Direitos Humanos, conseguiu para ele um advogado, gratuitamente, que entrou com um pedido de revisão. Se não fosse isso, talvez Wagno permanecesse na cadeia por 23 anos, prazo de sua condenação. Ou pior: talvez fosse assassinado como queima de arquivo do traficante que foi o verdadeiro responsável pelo crime.

Estou apresentando dois requerimentos acerca dessa questão: um dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça, para que ele tome providências para agilizar a concessão de indenização por danos materiais e morais ao cidadão Wagno Lúcio, direito garantido pela Constituição Federal em caso de erro judiciário; e outro encaminhado ao Corregedor-Geral de Justiça, para que apure a responsabilidade do Sr. Paulo Roberto Caixeta, Juiz da Comarca de Congonhas, que proferiu a sentença. Se o cidadão cometeu um erro, deve pagar por ele. O Juiz cometeu um erro, e a Corregedoria deve apurar eventuais erros no processo. Se forem confirmados, deve pagar por esse grave erro de ter deixado esse cidadão preso por oito anos.

O Wagno perdeu sua família; sua mulher casou-se com outra pessoa; não viu sua filha crescer; ela tinha três anos de idade na época e tem 11 anos hoje. Até o terreno em que ele morava foi ocupado. Portanto, sua vida foi totalmente desestruturada. É preciso fazer justiça, além de ser paga uma indenização o mais rápido possível. As irregularidades do inquérito policial também devem ser apuradas, inclusive quanto à decisão do Juiz.

Farei a leitura do requerimento. (- Lê:) "O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., na forma regimental, seja formulado apelo ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Desembargador Hugo Bengtsson, para que sejam tomadas medidas especiais para o acompanhamento, por esse egrégio colégio, do pedido de indenização por erro judiciário formulado pelo cidadão Wagno Lúcio da Silva, que ficou preso por oito anos e quatro meses, acusado do crime de latrocínio, que não cometeu.

O Poder Judiciário, que deveria fazer justiça, errou gravemente nesse caso. O ex-segurança foi condenado por acusação de roubo e assassinato à facada do taxista Rodolfo Cardoso, em 1997, e cumpriu sua pena na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, até 14 de fevereiro. Após o inquérito policial que apontou a responsabilidade de Wagno pelo crime, o Ministério Público fez a denúncia, e ele foi condenado pelo Juiz Paulo Roberto Caixeta, da Comarca de Congonhas. Wagno chegou a ser torturado no presídio para que confessasse o crime. Assim, perdeu os dentes, e, apesar disso, sempre reiterou sua inocência". Ontem, assisti pela TV ao "Programa do Ratinho", e o segurança disse que o dia em que chegou à delegacia foi torturado das 3 horas da tarde até às 4 horas da madrugada. Foram horas e horas de tortura, feitas de maneira totalmente desumana e com requintes de crueldade, quando perdeu seus dentes.

"Segundo ele, sua prisão foi motivada por um desentendimento que teve com o traficante Osmar Godoy, hoje detido na Penitenciária José Maria Alckmin. Após uma briga numa festa no clube em que trabalhava como segurança, Wagno expulsou Osmar do local e recebeu a promessa de que se arrependeria. Poucos dias depois, o inocente foi preso, acusado do assassinato do taxista. A condenação se baseou no depoimento de um menor, co-autor do crime, que foi encontrado com o toca-fitas do táxi da vítima e apontou o segurança como principal suspeito do assassinato. Outras dez testemunhas foram ouvidas." Isso é um absurdo. Segundo o inquérito, o menor deu três depoimentos: um, inocentando-o, e dois, acusando-o. Todas as outras testemunhas deram depoimentos inocentando Wagno. Mesmo assim, o Juiz o condenou a 23 anos de prisão sem uma prova; apenas com o depoimento de um menor delinqüente que tinha várias passagens pela polícia.

"Descobriu-se depois que o menor mentiu. Ele tinha sido ameaçado por dois homens que escolheram Wagno como culpado. Eram dois homens que Wagno tinha expulsado da boate em que trabalhava como segurança. Em 2002, o detento Joilson Dias Henrique, que dividia cela com Wagno, informou que os verdadeiros culpados pelo crime pediram que ele tentasse matá-lo na cadeia, para ajudá-los na farsa. Depois disso, a família de Wagno, que nem sempre podia visitá-lo por falta de dinheiro, conseguiu ir a Brasília pedir ajuda ao ex-Ministro Nilmário Miranda, que conseguiu gratuitamente um advogado para assumir o caso."

Parabenizo o trabalho desse advogado - Dr. Dino, que conseguiu alterar a ação - o menor assumiu que tinha mentido, a mando dos criminosos -, e provou-se a inocência de Wagno.

Sr. Presidente, nesses termos, apresento dois requerimentos, para os quais solicito a aprovação de todos os colegas desta Casa: um, para pedir ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado que as medidas sejam tomadas o mais urgente possível, a fim de que o Sr. Wagno seja indenizado; o outro, para apurar as responsabilidades desse grave e sério erro do Poder Judiciário.

Gostaria de falar de outro assunto, comentando a fragilidade eleitoral na grande maioria dos 853 Municípios do Estado. O poder público municipal, de certa forma, banca a estrutura para o funcionamento da Justiça Eleitoral, fornecendo papel, aluguel, energia e água. Certamente isso fragiliza a autoridade da Justiça Eleitoral nos Municípios, que, de certa maneira, fica à mercê dos interesses dos Prefeitos e dos Vereadores.

É muito importante que a Justiça Eleitoral não esteja fragilizada, mas sim seja autônoma, democrática e possua os recursos necessários para manter a sua atividade de forma independente.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, quanto ao Projeto de Lei nº 2.499/2005, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arcos o imóvel que especifica, a Comissão de Constituição e Justiça conclui pela sua constitucionalidade e a Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação. Queria dizer que não temos nenhum óbice à aprovação do projeto, importante para o Município de Arcos, que conta com o nosso voto.

Deputado Rogério Correia, que preside a reunião neste momento, Deputado Edson Rezende, Deputado Laudelino Augusto, Deputado Ricardo Duarte, Deputada Jô Moraes, Deputada Cecília Ferramenta, gostaria de dizer que os Deputados do bloco estão presentes em Plenário para aprovar os projetos.

O Deputado Biel Rocha fez uma consideração fundamental: "É importante que o orçamento aprovado por esta Casa no final do ano seja cumprido, e não seja apenas uma peça de intenções".

É muito importante fazermos essa referência. Esse projeto teve o parecer favorável da comissão porque não haverá nenhum gasto e, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, tem sua tramitação garantida.

Especificamente em relação ao orçamento, vemos que o governo do Estado gastou muito mais com publicidade do que com os projetos estruturadores. A Deputada Elisa Costa lembrou muito bem a questão da habitação. O candidato Aécio Neves, em sua campanha, tocou muito nesse ponto. Disse que resolveria o déficit habitacional de Minas, investiria em habitação, trataria do problema da Cohab em vários Municípios do Estado, mas, até hoje, não vimos nada. Os recursos para a habitação são muito poucos. Por outro lado, o mesmo não acontece em outras áreas. Já dei um exemplo claro da área de comunicação. Para a divulgação, o Governador investiu R\$27.000.000,00. Se houver uma suplementação de 10 vezes mais, como ele fez em 2005, serão R\$270.000.000,00.

Houve um Deputado que falou sobre os gastos com publicidade do governo federal: R\$170.000.000,00 no ano passado. Já o governo de Minas gastou mais de R\$100.000.000,00. Se compararmos, veremos que Minas gastou, em apenas um dos 27 Estados da Federação, R\$100.000.000,00, enquanto o governo federal gastou R\$170.000.000,00 em todo o País.

Encaminho favoravelmente o projeto do Deputado Paulo Piau. Entrei na questão do orçamento justamente para provar que esse projeto que aprovaremos no momento não tem nenhum óbice de inconstitucionalidade, já que não requererá nenhum gasto do poder público. É apenas uma doação.

Ressalto que a peça orçamentária tem de ser cumprida em sua integralidade. Não pode ser apenas uma mera intenção. O Governador Aécio Neves terminará seu mandato com R\$4.000.000.000,00 de déficit.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público, telespectadores da TV Assembléia, antes de iniciar o assunto mais importante desta tarde, quero citar a análise, publicada na revista "Carta Capital", das últimas pesquisas de intenção de voto para Presidente da República.

A análise da revista demonstra o crescimento da intenção de voto no Presidente Lula em todas as faixas da população: de renda familiar de até 1 salário mínimo por mês; de 1 até 5 salários mínimos; de 5 até 10 salários mínimos; e acima de 10 salários mínimos.

Houve crescimento de 14 pontos entre a faixa da população que ganha de 5 a 10 salários mínimos; 10 pontos entre aquela que ganha até 5 salários, e assim por diante, demonstrando um crescimento sustentado pelo Presidente Lula. Essa é uma boa notícia para o povo brasileiro.

Agora quero abordar um tema extremamente relevante para a vida dos mineiros: o custo do serviço de energia elétrica oferecido pela Cemig à nossa população; antes, porém, gostaria de me reportar a uma informação de interesse regional, que dá conta do inadimplemento do Município de Barbacena junto ao cadastro do Programa Bolsa-Família. Na iminência de o prazo se esgotar, a Prefeitura de Barbacena ainda não forneceu ao Ministério do Desenvolvimento Social as informações requeridas para a adequação do cadastro local aos objetivos do programa. Trata-se de uma situação preocupante, pois afeta a parcela pobre dos habitantes dessa cidade. Estamos nos posicionando tanto em Brasília, junto ao Ministro Patrús Ananias, para facilitar eventuais negociações em benefício da cidade, quanto em Barbacena, para sensibilizar a Prefeitura para que o prazo definido pelo Ministério seja cumprido rigorosamente.

Vale salientar que, em Barbacena - segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social -, em janeiro de 2006, apenas 67,3% das famílias pobres eram atendidas pelo programa; faltam, portanto, cerca de 33%. Essa constatação revela a necessidade de urgente aprimoramento do programa na localidade.

Estamos, então, alertando-os para uma questão séria, no intuito de contribuir para uma mudança de rota na gestão do Município de Barbacena, na certeza de que essa cidade, nossa principal base política, necessita priorizar a questão social, não podendo as famílias assistidas pelo Bolsa-Família perder esse direito por omissão do poder público municipal. Portanto alertamos as autoridades municipais da nossa querida Barbacena.

Voltando à questão que nos trouxe a esta tribuna, queremos realçar o elevadíssimo peso que a tarifa de energia elétrica tem alcançado nas contas domésticas das famílias mineiras. A Cemig é um de nossos mais valiosos patrimônios; seu padrão de qualidade é um dos mais elevados do mundo. Sabemos também que a maior parte da nossa população é pobre ou miserável e padece de extrema carência material.

A partir dessas duas premissas, cabe-nos verificar que a Cemig, como braço do poder público, deve ter um compromisso prioritário e fundamental com o interesse público, ainda que se organize sob a forma de sociedade anônima; interesse público, nesse caso, impulsionado pelo valor justiça social e pelos grandes objetivos constitucionais relativos à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades.

Verificamos, com tristeza, que tanto a política tarifária executada pela Cemig quanto a tributação que o Estado de Minas Gerais impõe sobre as operações de prestação de energia elétrica constituem excessivo ônus financeiro às famílias mineiras. Vale dizer: o cidadão mineiro está sendo obrigado a optar entre comer ou ter luz em sua casa.

Todos que viajamos por este Estado, em seus rincões, nas cidades menores ou na periferia das grandes cidades, temos as reclamações da

maioria de seus habitantes, que dizem ser impossível pagar a tarifa de luz, pois tira parte importante dos recursos que serviriam para sua boa alimentação.

Verificamos, por exemplo, que, entre 1999 e 2005, enquanto o INPC, medido pelo IBGE, teve uma elevação de 71,86%, e o IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, chegou a um aumento de 127,63%, a tarifa média da Cemig subiu 243,03%, ou seja, o dobro do índice maior que o IGP-M nesse período. Se considerarmos o período de 1995 a 2005, nos últimos 10 anos, teremos um acréscimo da ordem de 403,57%, quase 4 vezes mais que os índices dessa fase, igualmente altíssimo. Portanto o aumento que a Cemig impôs aos contribuinte deste Estado é espantoso.

Maior espanto temos, no entanto, quando verificamos que o mais penalizado com esses aumentos exorbitantes tem sido o consumidor residencial, o cidadão comum. Nesse caso, percebemos um aumento de 266,66% entre 1999 e 2005 e, no período mais longo – de 1995 a 2005, portanto os últimos 10 anos -, um salto de 551,72%, 5 vezes mais.

No mesmo período, verificamos que o setor mais beneficiado tem sido sistematicamente o industrial, com aumentos, em média, três vezes menores que os do consumidor comum. A elevação tarifária para essa categoria que recebe tratamento diferenciado ficou mais ou menos no patamar do comportamento do IGP-M.

Com isso, temos uma distorção na composição da repartição entre consumo de energia e pagamento da conta de energia.

Os cerca de 4.800.000 consumidores residenciais gastam, consoante dados do terceiro trimestre de 2005, 16,9% da energia, mas entram com 35,91% da receita apurada pela estatal, ou seja, consomem um tanto e pagam o dobro. Já os industriais, na outra ponta, gastam 58,85% da energia, mas contribuem com apenas 32,87% do total. As demais classes se enquadram em situações intermediárias.

O fato a ser assinalado, então, é que, quando paga sua conta de luz, o cidadão mineiro está, por via oblíqua, subsidiando os consumidores comerciais, rurais e, especialmente, os industriais.

Estamos certos de que os defensores dessa política tarifária cruel podem argumentar dizendo que as tarifas da Cemig estão em consonância com as determinações da Aneel, que sua formação obedece a uma equação envolvendo custos gerenciáveis, como pessoal, materiais, etc.; não gerenciáveis, como Aneel, "royalties", energia comprada, etc.; e o IGP-M do período e possíveis ganhos de eficiência; e que a Resolução nº 71 da Aneel, de 2005, permitiu um "reposicionamento" tarifário de até 44,41%. Tudo isso está claro. Temos, por isso, consciência de que uma análise jurídica formalista e apegada ao texto das normas da Aneel nos levará a uma convicção de legalidade dos atos da Cemig.

Nossa preocupação, contudo, é de outro naipe e se prende a valores outros, como os vinculados à justiça social, que alicerçam nossa ordem constitucional, ou, mais especificamente, a princípios norteadores da política de prestação de serviços públicos no Brasil, entre os quais aquele expressamente inscrito na Lei de Concessões, art. 6º, § 1º, que obriga a concessionária de serviço público a fornecer serviço adequado, o qual se caracteriza por ser regular, contínuo, eficiente, seguro, geral, cortês, mas especialmente módico em sua tarifa.

Infelizmente, senhoras e senhores, constatamos que a Cemig, empresa estatal pertencente ao governo estadual e concessionária de serviço público federal, está, a cada dia, desvinculando-se mais e mais de seu objetivo social, de sua submissão ao interesse público. Certamente não está servindo a contento à maioria da população mineira no que tange ao custo.

Não que sejamos contra a possibilidade de a empresa funcionar em uma situação de equilíbrio econômico-financeiro. Fui Presidente de uma estatal e sei o quanto é importante a empresa manter sua saúde financeira para cumprir seus objetivos sociais e a finalidade pública para que foi criada. Mas não é este o caso. Conforme dissemos, confrontada a evolução das tarifas com a inflação e com o tratamento cruel dispensado ao consumidor residencial, o cidadão comum, a política tarifária executada pela Cemig não está atendendo às necessidades do povo mineiro.

Mas não se trata só de tarifa. O outro lado perverso da conta de energia elétrica é a elevadíssima carga tributária que o Estado de Minas Gerais impõe ao consumidor. Ao consumidor residencial é infligida uma alíquota de 30% sobre a energia elétrica gasta. Mais uma vez, vemos o tratamento diferenciado em benefício do consumidor industrial, que, neste caso, paga apenas 18%.

Esses 30% constituem não somente o ICMS sobre energia elétrica mais alto do País como ofendem frontalmente o dispositivo constitucional que recomenda que, sempre que possível, a fixação do ICMS deverá obedecer à regra da seletividade, verificada em face da essencialidade do produto.

Ninguém concebe, no mundo de hoje, viver sem energia elétrica. Contudo, em Minas Gerais, a essencial energia elétrica é tida como supérflua, a julgar pelo imposto que cobramos sobre seu uso.

Notem, senhores, Deputadas, Deputados Laudelino Augusto e Padre João, que esses 30% são objeto de uma esperteza usada pelo Fisco, que é a chamada cobrança do tributo "por dentro". Com isso, o tributo entra no cômputo do valor da base de cálculo da operação tributada, fazendo com que, de fato, esses 30% sejam algo em torno de 46%.

É inconstitucional e ilegítima essa cobrança. No entanto, desde 1998, com o então Deputado Marcos Helênio, temos discutido, nesta Casa, projetos que têm como objetivo diminuir a carga tributária incidente sobre as operações de fornecimento de energia elétrica residencial. Atualmente tramita o Projeto de Lei nº 2.301/2005, do companheiro de bancada Deputado Weliton Prado, o qual não foi analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e teve parecer desfavorável na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Essa Comissão, ao entender que o consumidor residencial deve suportar em seus ombros o ônus da receita pública mineira, concluiu seu parecer de forma contrária aos interesses dos mineiros. Mas, neste caso, ainda teremos oportunidade de discutir com maior profundidade essa questão.

Portanto, estamos apresentando requerimento com vistas à realização de uma audiência pública, para que possamos fazer uma clara discussão dessa questão com o povo mineiro, porque a incidência de tarifa pública de energia elétrica para os consumidores, especialmente os mais pobres, tira-lhes a possibilidade até de uma alimentação saudável e de uma vida mais regrada, com uma perspectiva de qualidade melhor.

Finalizamos, então, conclamando os nobres pares a voltar o olhar para essa grave situação que envolve a sociedade mineira como um todo e que merece desta Casa os melhores esforços. Voltaremos, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, noutra oportunidade, a tocar nesse assunto, contando com sua adequada acolhida nesta Assembléia por meio da discussão que faremos em audiência pública. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, ilustre Deputada Maria Olívia, companheira dedicada e parlamentar exemplar. Agradeço a paciência de V. Exa., bem como a dos demais Deputados que aqui se encontram, a do pessoal da TV Assembléia, enfim, a de todos os que

acompanham nossos trabalhos no dia-a-dia.

Agradeço ao Deputado Célio Moreira a deferência. Trago a esta tribuna um assunto de mais alta importância para Minas Gerais. Quando deparamos, junto ao nosso povo, com graves crises, temos de trazer aqui, Deputados Laudelino Augusto e Padre João, assuntos importantes, com o intuito de construirmos uma proposta efetiva, proativa. Nesta Casa, temos de buscar ações concretas em favor do povo mineiro.

Sra. Presidente, tive a honra de ser relator da Comissão Especial da Cafeicultura, da qual o Deputado Paulo Piau foi Presidente, e o Deputado Laudelino Augusto, Vice-Presidente. Contamos também com a participação de outros companheiros, a exemplo dos Deputados Luiz Humberto e José Henrique, que participaram ativamente, buscando ações que possam favorecer nossa cafeicultura.

Temos ciência da importância da cafeicultura mineira, tendo em vista o eixo extraordinário da representatividade que Minas tem como maior produtor de café do Brasil, pois detém 52,8% da produção. Sabemos das dificuldades que estão sendo enfrentadas. Primeiro, a alta safra; depois, as condições técnicas, particularmente no que se refere à dificuldade de liberação de financiamentos; e, em seguida, a política pública voltada para a cafeicultura.

Lembro-me, Sra. Presidente, que encerramos o relatório depois de fazermos várias viagens por todo o Estado e discutir ações que favoreçam a cafeicultura. Procuramos realizar gestões positivas; fomos ao Ministro da Agricultura, ao Secretário de Estado e ao Governador. Trabalhamos junto ao governo federal para garantir a tranquilidade e a produção do nosso Estado, o maior produtor de café do Brasil. Faço questão de falar do nosso Estado, especialmente da região sul-mineira, que, como outras regiões, é o berço do bom café.

Todavia, o que me chama a atenção, caríssimos Deputados, é o novo critério que o governo federal vem adotando para a liberação de financiamentos à cafeicultura. Aliás, apresentamos um requerimento junto à Comissão de Agricultura para aprofundar esse assunto. Lemos matéria veiculada no jornal "Hoje em Dia": "União ignora pleito de Minas: financiamento da cafeicultura". Hoje, o governo federal está abrindo uma linha de crédito somente após ter analisado o critério de zoneamento climático, para saber onde teremos ou não a liberação de recursos. Então, o governo federal, por intermédio do Ministro, determina regras para a liberação de financiamentos para o Pronaf, para os pequenos. Isso é um absurdo, uma ofensa ao pequeno cafeicultor, à cafeicultura mineira, que, sem dúvida, é a locomotiva do desenvolvimento, da geração de emprego deste país.

Diz a nota: "O governo de Minas ainda não teve resposta do Ministério da Agricultura para o pedido de mudanças nos critérios de concessão de créditos às lavouras de café. Pela Portaria nº 59, de julho de 2005, os bancos só vão liberar os recursos para custeio para os plantios enquadrados no Zoneamento Agroclimático do Cafeeiro da Universidade Federal de Viçosa - UFV -, encomendado pelo governo federal. O critério utilizado pela UFV delimita regiões pelo critério de estimativas de déficit hídrico, além das temperaturas médias e mínimas das áreas estudadas. O levantamento considera aptos ao cultivo do café arábica aos locais com temperaturas médias entre 18 e 23,5°C, temperatura mínima superior a 2°C e com déficit hídrico anual abaixo a 150mm, esclarecia, assim, nota da Secretaria da Agricultura.

As áreas que não atendem aos parâmetros da universidade ou classificadas como produtivas somente pela via da irrigação, não recebem os financiamentos. O zoneamento agroclimático adotado pelo Ministério não aborda o microclima existente em diversas regiões de Minas, o qual permite o desenvolvimento da atividade. Desta forma, muitos e muitos Municípios com tradição no cultivo do café foram prejudicados pelo estudo, protestou assim o Secretário da Agricultura de Minas Gerais, Silas Brasileiro.

Zona da Mata. Como exemplo de Município prejudicado, estaria Mantena - onde já tivemos, 8.000ha de café não irrigado, 50% tipo arábica, ocupados por 800 propriedades -, no Vale do Rio Doce, onde a cafeicultura existe há quase 100 anos e gera 20% da receita local. No Município, o café só é viável com a técnica da irrigação. Mesmo com histórico econômico, os bancos passam a negar créditos aos cafeicultores locais.

A situação é a mesma para os donos de cafezais nas terras altas de Teófilo Otôni, no Vale do Mucuri. Mas, nos bancos, o atestado da UFV contraria a realidade porque considera a região inapta para a cafeicultura. Os técnicos da Secretaria da Agricultura sugerem um estudo mais detalhado, por Município, para se chegar às reais condições para a cultura do café.

Agora falarei do Pronaf. A nota distribuída pela Secretaria de Agricultura, quando o pleito foi encaminhado ao governo federal, destacava que, em Lajinha, na Zona da Mata, existem 598 contratos do Pronaf feitos por agricultores familiares em 2004, dos quais muitos não serão renovados por causa do zoneamento climático.

Silas Brasileiro, cafeicultor no Alto Paranaíba, afirma que 70% dos cafeicultores mineiros são pequenos produtores, na maioria, dependentes do Pronaf."

Estamos diante de uma triste realidade, mais uma vez, gerada no comando do governo federal. Estamos enfrentando o zoneamento climático para liberação de recursos para a cafeicultura - um absurdo! Não podemos, em nenhum momento, silenciar-nos. Temos acompanhado a aflição e as dificuldades de toda a classe da cafeicultura de Minas, que está com pires na mão, discutindo, junto ao banco, revalidação e aditamento de seus contratos para o custeio.

Agora, mais um novo programa do governo: um programa de enfrentamento aos pequenos cafeicultores por conta da zona climática.

Destaco a nossa preocupação. Apresentamos requerimento nessa comissão para conhecermos de perto os requisitos, as delimitações e as razões da Secretaria de Agricultura para buscar a qualidade do café. Se estamos garantindo a qualidade do café de um ponto, não podemos fechar os bancos. Não podemos fechar nenhum contrato para aqueles pequenos produtores da cafeicultura familiar.

Esta Casa tem realizado importantes discussões do Parlamento mineiro para Minas e para o Brasil. Chegou o momento de levantarmos a voz para que haja uma discussão plural. Se for necessário, temos de reverter a Portaria nº 59, pois os pequenos e os médios cafeicultores estão tendo dificuldades junto às agências bancárias quanto à garantia de recursos para o custeio e, particularmente, para tocar suas lavouras.

De acordo com esses parâmetros, se o governo decide sobre a questão de zoneamento climático, devemos assinalar, em sua consciência, que o café é uma lavoura secular. Mesmo sem zoneamento climático, Minas Gerais sempre teve tradição no Brasil quanto à produção de café.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva o fato de abordar esse assunto. Como Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, solidarizo-me com V. Exa. Visitei alguns municípios e tomamos algumas atitudes em relação ao zoneamento agrícola. Trata-se de uma atitude de Estado, pois o estudo de zoneamento agrícola vem sendo realizado há 14 anos, o que significa que não é do governo atual.

Só avançaremos quando tivermos política de Estado, e não política de governo, pois o governo entra e derruba tudo. Esse projeto, embora com equívoco, tem mais caráter de Estado, porque vem ultrapassando vários governos. Embora a decisão tenha sido tomada agora, por decisão do

Ministério da Agricultura e do Banco Central, foi feito um estudo de cada Município há 14 anos, ou seja, das 14 últimas safras. Portanto, não é um estudo "tocado".

Representei esta Casa na audiência do Ministério da Agricultura, e o Sr. Francisco Mitidieri, Coordenador Nacional do Zoneamento Agrícola, acompanhado do representante da Emater, representou a Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais. Como foi pedida revisão, não entendo parte da matéria que V. Exa. leu. Em Lajinha, por exemplo, foi feita a revisão, e o equívoco já está incluído no crédito.

Em alguns lugares, parte da responsabilidade é do próprio Município. Como há Municípios que possuem grande diferença de altitude, deve haver no mínimo dois cultivos do café, um que consiga adaptar-se até 700m, 800m de altitude, e o café deve ser irrigado, e outro que vai a 1.000m, 1.200m, 1.300m. Esses são justamente os que estão fora. Quando constatamos que a responsabilidade é do Município? Quando o Município não cadastra. Não existe nenhum dado estadual nem federal para a fazenda, que possa comprovar que aquele Município é produtor de café, pois os produtores não emitem nota fiscal ou, às vezes, tiram a nota fiscal no Município vizinho.

Não há documentação que comprove que aquele Município é produtor de café. Esse problema acontece aqui em Minas Gerais não só quanto ao café, mas quanto ao zoneamento do feijão e do arroz. De fato, não houve essa consideração do microclima, ou seja, da parte baixa, de onde vem a irrigação. Uma altitude maior dispensa essa irrigação.

Portanto o crédito deve ser liberado. Já foi aberta linha de crédito para Lajinha, Chalé, Santana do Manhuaçu, entre outros Municípios.

Já contamos com o requerimento da Comissão de Política Agropecuária, que convida o próprio Dr. Francisco, coordenador nacional do programa, para discutir o assunto conosco nesta Casa. Muito obrigado. Desculpe-me, porque prolonguei muito a minha fala.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado Padre João. A sua contribuição é muito importante e valiosa. Reconheço a luta de V. Exa. em prol do agricultor, particularmente o familiar. Mas, quando manifesta a omissão do Município, volto a me perguntar: o pequeno produtor terá as portas fechadas por omissão do poder público em afronta a uma portaria do próprio governo, que fecha as portas dos bancos para a liberação de recursos? Essas notícias são recentes, de 14 de fevereiro. Sem dúvida alguma, vejo que o assunto é gravíssimo. Temos de fazer gestões imediatas. Se necessário for, iremos a Brasília. V. Exa. já está propondo essa audiência, mas hoje não temos mais o que esperar. Recebemos reivindicações de todo o Sul de Minas e não temos mais como suportar a omissão por parte do governo federal ao não liberar recursos. Nosso novo projeto, caríssimo Deputado João Leite, propõe a revisão do critério de zoneamento climático do Estado de Minas Gerais. Quem sabe se demoraremos para fazer essa revisão em aproximadamente 853 Municípios? Em 52,4% da produção do café, temos uma avaliação de anos ou meses para fazer essa revisão Município por Município. Pergunta-se: quando serão liberados recursos para a cafeicultura, para os que necessitam dar prosseguimento às suas pequenas lavouras?

O Deputado João Leite (em aparte)* - Espero ser breve. Quero solidarizar-me com V. Exa. pelo pronunciamento que faz da tribuna da Assembléia Legislativa nesta tarde. É lamentável! Conheço muito bem a região a que V. Exa. se refere nessa matéria do zoneamento climático. Trata-se de uma região histórica na cultura do café, exportadora de um produto reconhecido mundialmente. O que mais me impressiona nessa portaria, Deputado Dalmo Ribeiro, é ver a concentração dos recursos pelo governo federal, o que ocorre cada dia mais. Ele cobra os tributos rurais, quer que os Municípios dêem conta do que é produzido lá, além de possuir os recursos - talvez este seja o governo mais fiscalizador da história do País. Ele arrecada esse recurso e quer que os Municípios conheçam a situação de cada propriedade rural. Isso é um absurdo! De maneira impressionante, vemos a centralização da cobrança dos recursos nas mãos do governo federal - praticamente 70%. E agora quer cobrar de Municípios como Lajinha e Manhumirim que consigam o cadastro das propriedades rurais - mais um peso para os Municípios, o que não é possível. E o imposto é pago ao governo federal!

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, os nossos pequenos agricultores estão batendo às portas dos bancos. Neste ano, o Bradesco obteve um lucro de R\$5.000.250.000,00, 80,2% a mais do que no último ano. Prestem atenção: é o maior lucro da história de um banco de capital aberto da América Latina! Nunca um banco, na América Latina, faturou tanto. É muito próximo ao lucro do Itaú. Agora o nosso pequeno agricultor bate às portas do banco e precisa do certificado de zoneamento climático.

Que governo é este? Isso é inaceitável. Sou solidário com V. Exa. Estaremos sempre juntos no que se fizer em favor dos pequenos agricultores. Quem lucra neste governo é o Bradesco e o Itaú. Não podemos permitir isso. Parabéns, Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Deputado João Leite, muito obrigado. As suas ponderações são sempre precisas, sinceras e coerentes. Desejo deixar essa reflexão, bastante séria para a Casa. Tão logo termine o recesso do Carnaval, certamente os nossos companheiros e amigos, como o Deputado Padre João, buscarão uma solução para a Portaria nº 59, do Ministério da Agricultura.

Sra. Presidente, registro que, na tarde de amanhã, participaremos, em Lavras, da solenidade de transmissão do Comando da 6ª Região da Polícia Militar. O Cel. José Humberto de Oliveira, que, durante longos anos, prestou um extraordinário serviço à gloriosa Polícia Militar, está deixando o Comando. Ele é um exemplo de dedicação e honradez. Gostaria de agradecer-lhe publicamente.

Desejo dar boas-vindas ao Cel. Santana, que, durante longos anos, dirigiu o 20º Batalhão da Polícia Militar de Pouso Alegre e agora assumirá o Comando de Lavras. Certamente, essas modificações introduzidas pelo novo Comandante-Geral Júnior sempre agasalharão a nossa segurança pública de maneira muito efetiva e tranqüila.

Finalizando, desejo fazer uma saudação muito especial à querida população de Andradas, que hoje completa 116 anos. Saúdo a Prefeita Margot, o Presidente da Câmara Luiz Carlos Basso, os demais Vereadores, enfim, toda a população. Há pouco, conversando com várias autoridades, dizia que atualmente Andradas comemora o seu aniversário. Mais uma vez, destaco a importância dessa cidade no desenvolvimento de Minas e do Brasil. Já operamos em vários segmentos, buscando o seu trabalho e a sua indústria, tanto no setor de viniticultura quanto no têxtil e no mobiliário. Ultimamente, com auxílio desta Casa, também o setor cerâmico de Andradas obteve significativa redução, de 18% para 12%. Agradeço a esta Casa, que votou a nossa emenda.

Manifesto, mais uma vez, a nossa saudação ao povo de Andradas, Município que tem a honra de ser majoritário, e as nossas ações serão sempre proativas em favor desse respeitável Município do Estado. Agradeço a V. Exa. a paciência.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 23/2/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções

nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Edson Rezende

exonerando Erick Teixeira de Assis do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Gustavo Tanure Araújo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Sílvia Regina Melo Ferreira do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;

nomeando Erick Teixeira de Assis para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Gustavo Tanure Araújo para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Sílvia Regina Melo Ferreira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

exonerando Marcelino Fernandes de Deus do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

nomeando Talma Ribeiro de Souza para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

nomeando Rodrigo Ferreira Figueira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Ana Maria de Souza do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Duarte, vice-líder do Bloco PT-PCdoB;

nomeando Cristian Andrade Rocha para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Duarte, vice-líder do Bloco PT-PCdoB.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Itabira. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Nova Era. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Curvelo. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Diamantina. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Joaíma. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Juruaia. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Passa-Quatro. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Santo Antônio do Rio Abaixo. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de São Romão. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Joaíma. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Alpinópolis. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Barão de Cocais. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Botelhos. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Piumhi. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Serro. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Tarumirim. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Caixa de Assistência da Previminas – Previminas Saúde. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência à saúde, através de plano privado de assistência à saúde, na modalidade de contratação coletiva empresarial. Objeto deste aditamento: prorrogação emergencial e reajustamento de preços. Vigência: 14 a 28/2/2006.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Kowal Tecnologia de Informação Ltda. Objeto: serviços de microfilmagem e digitalização de documentos. Objeto deste aditamento: acréscimo no valor do contrato. Vigência: 30 dias a contar da assinatura. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Reformalar Ltda. Objeto: manutenção corretiva e reforma de mobiliário. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação. Vigência: 2/2/2006 a 1º/2/2007.

ERRATA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 15/2/2006

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/2/2006, na pág. 68, col. 4, na linha 13, e na pág. 69, col. 1, na linha 6, após o nº 2.464 acrescente-se o nº 2.465.